



Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga

Rua Prefeito Waldomiro Osório Rodrigues, s/n, Bairro
Cachoeira, Santa Rita de Jacutinga-MG

Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga

Fis: 13

Bacuda
Serviços Legistado

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2021

O B J E T O: O objeto do presente contrato é a DE PERSIANAS DE PVC, para da Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga - Minas Gerais. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal, consoante autorização da Contabilidade desta casa, vêm abrir o presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO para compra dos produtos acima descritos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente dispensa de licitação tem como fundamento Inciso II e IV, do Artigo 24 da Lei Federal nº 8666/93, que prevê a Dispensa de Licitação para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; A dispensa é autorizada pela Lei, ou em razão do valor (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93), ou em razão da natureza do negócio pretendido (demais incisos do referido preceito legal).

A dispensa de licitação, no caso em questão, é proveniente do seguinte fato: A Câmara Municipal de Santa Rita do Jacutinga - Minas Gerais, precisa efetuar a DE PERSIANAS DE PVC e essa compra é imprescindível para atender e suprir as necessidades das atividades cotidianas e rotineiras da Câmara Municipal.

A COMPRA DE PERSIANAS DE PVC se faz necessária, uma vez que, tais serviços são de suma importância e urgência para o andamento dos serviços executados pela Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga - Minas Gerais.

Informamos, ainda, que a Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga - Minas Gerais estará realizando processo administrativo para a COMPRA DE PERSIANAS DE PVC, mediante licitação na modalidade cabível, qual seja, DISPENSÁVEL, para suprir as necessidades do exercício financeiro vigente, porém em vistas as formalidades atinentes ao planejamento anual das compras e serviços, o processo ainda se encontra em andamento. Assim sendo, optou-se pela contratação direta no caso em comento.

Entretanto, a licitação em qualquer modalidade, demanda prazos legais mais alargados, tornando imprevisível o prazo final para o procedimento de licitação, fato que posterga ainda mais a efetivação da contratação definitiva para objeto em pauta no exercício

Câmara Municipal de Santa Rita
Talita Santos Amara
Assessora Jurídica
OAB/MG 166.239



Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga

Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga

Rua Prefeito Waldomiro Osório Rodrigues, s/n, Bairro: 14

Cachoeira, Santa Rita de Jacutinga-MG

Bacuda
Serviços Legislativo

financeiro, que, enfatize-se, não pode parar, pois, acarretaria atraso nos serviços pertinentes a esta Câmara.

O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" e no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, contratação de serviços, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

O art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, "a", R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

*"Art. 24. É dispensável a licitação:(...)II -para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do artigo anterior**, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"*

***"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites*, tendo em vista o valor estimado da contratação:(...)II -para compras e serviços não referidos no inciso anterior:*

*a) convite – até R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais);"Juntou-se aos autos, orçamentos de 03(três) empresas especializadas do ramo do objeto.*

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme consta nos autos do processo, para realizar a presente contratação. As propostas apresentadas oferecem um valor abaixo do estimado nos artigos supra citados, sendo inferior aos 10% (dez por cento) do referido valor.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)1, "A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o

Câmara Municipal de Santa Rita
Talita Santos Amara
Assessora Jurídica
OAB/MG 166.239



Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga

Rua Prefeito Waldomiro Osório Rodrigues, s/n, Bairro
Cachoeira, Santa Rita de Jacutinga-MG

Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga

Ps: 15

Bacuda

Serviços Legislativo

procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório. Assim sendo, atendido o disposto nos artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de forma a cumprir o disposto no art. 26 da mesma lei, apresentamos a presente Justificativa para contratação.

Contudo, a contratação direta por dispensa de licitação se submete a um procedimento administrativo como regra, ou seja, ausência de licitação não equivale à contratação informal realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação.

Ao contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que o CNPJ supramencionado, deve observar as etapas e formalidades é imprescindível. Somente em hipóteses determinadas pela lei é que a Administração está autorizada a contratar sem o cumprimento destas formalidades, como nos casos de emergência tão grave, que a demora pusesse em risco a satisfação do interesse público.

No caso em tela, verificou-se que na etapa interna a Administração identificou a necessidade a ser atendida, e solicitou orçamento de 03 (três) empresas especializadas, do ramo do objeto, cujo procedimento após devidamente autorizado pelo o Presidente da Câmara, foi encaminhado à Comissão Permanente de Licitação com vista à realização de justificativa de contratação deverá ser feita com a empresa EDNA AP LOPES FABRE, COM CNPJ 32318512/0001-97.

Dessa forma, por tratar-se de compra cujo valor não supera os 10% previstos no artigo 23, II, “a”, da Lei n. 8.666/93, é dispensável o processo licitatório, segundo a literalidade do artigo 24, inciso II, supracitado.

Diante do exposto, ante a adoção de medidas internas que instruem a formalização do procedimento de dispensa de licitação, concluímos pela legalidade da contratação direta com fundamento no art.24, II, da Lei 8.666/93.

Por fim, ressalto que, **meu parecer não é vinculativo**, enquadrando-se em meramente opinativo. Sem mais, esse é meu Parecer.


TALITA SANTOS DO AMARAL
Procuradora do Legislativo